caeni
Centro de Estudos das Negociações Internacionais

PROGRAMA BRASIL UE
CAENI - USP

JEAN MONNET SUPPLEMENT

Ano II • Número 14 – Junho de 2017

Co-funded by the Erasmus+ Programme of the European Union

EDITORIAL

Esta edição do Suplemento Jean Monnet apresenta uma introdução acerca das discussões do **"22º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental"**, realizado aqui em São Paulo entre os dias 3 e 7 de junho de 2017, possuindo como diretriz o tema "Direito e sustentabilidade na era do antropoceno: retrocesso ambiental, balanço e perspectivas". No seu 22º ano, sob a liderança do **Professor José Rubens Morato Leite**, Presidente do Planeta Verde e Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o encontro reuniu mais de 400 participantes, incluindo acadêmicos, juristas e estudantes para um ambicioso programa que trouxe uma vasta gama de abordagens: temas americanos, latino-americanos, nacionais e internacionais. As contribuições para o Congresso resultaram em um e-book completo que pode ser baixado através do portal Academia.edu .*

Além disso, esta edição apresenta maiores detalhes do volume produzido em 2017, organizado pelo Professor Morato Leite e Flávia França Dinnebier e intitulado "Estado do Direito Ecológico: Conceito, Conteúdo e Novas Dimensões para a Proteção da Natureza", assim como o livro de Ana Paula Rengel Gonçalves "Agroecologia e Pagamentos por serviços ambientais: Lições e Perspectivas", também de 2017.

Ainda nesta edição, Daniela Matos e João Trigo, contribuidores regulares do Instituto de Relações Internacionais, comentam sobre a crise na Venezuela e o livro recém-publicado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil por meio da FUNAG "União Europeia e sua Política Exterior - História, Instituições e Processos de Tomada de Decisão", de Olivier Costa.

Do Editor, Dr. Kirstyn Inglis
Professora Visitante e Vice-Coordenadora
do Programa Brasil UE Instituto de Relações Internacionais (IRI)/USP

Sumário

Editorial 1
22º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental 2
Resenha: União Européia e sua Política Exterior 3
As Faces da Crise na Venezuela 5

O apoio da Comissão Europeia para a produção desta publicação não constitui concordância com seu conteúdo, que é de responsabilidade exclusiva dos autores. A Comissão não é responsável por qualquer uso que possa ser feito da informação contida nesta publicação.

*https://www.academia.edu/13810418/20_Congresso_Brasileiro_Direito_Ambiental_ambiente_sociedade_e_consumo_sustent%C3%A1vel_recurso_electr%C3%B3nico_2015

No contexto do "22º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental", realizado entre os dias 3 e 7 de junho de 2017, ao lado da Professora **Cristina Voigt**, coordenadora do PluriCourts da Universidade de Oslo, a Dra. Kirstyn Inglis do IRI/USP, contribuiu para o painel "Os objetivos do desenvolvimento sustentável como parâmetro para o futuro".

O tema orientador do Congresso de cinco dias de duração foi "Direito e sustentabilidade na era do antropoceno: retrocesso ambiental, balanço e perspectivas". No seu 22º ano, sob a liderança do **Professor José Rubens Morato Leite, Presidente do Planeta Verde**, o encontro reuniu mais de 400 participantes, incluindo acadêmicos, juristas e estudantes, para um ambicioso programa que reuniu temas internacionais, latino-americanos e nacionais. Apresentado no Congresso, o livro "**Estado de Direito Ecológico**: **Conceito, Conteúdo e Novas Dimensões para a Proteção da Natureza",** contou com a colaboração de 40 autores e foi organizado por José Rubens Morato Leite e Flávia França Dinnebier, – disponível pela *Câmara Brasileira do Livro*, São Paulo 2017, 923 páginas.

O Congresso começou com um workshop direcionado a estudantes e profissionais em início de carreira, tratando sobre a natureza interdisciplinar da legislação ambiental e o papel da pesquisa empírica, incluindo o empoderamento das comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade. Alguns dos temas explorados nos 14 painéis foram:

- informação ambiental no âmbito regional Latino-Americano;
- direitos da natureza, dos animais e proteção da biodiversidade;
- segurança alimentar e direito agroambiental;
- responsabilidade e justiça ambiental;
- jurisprudência ambiental brasileira;
- política urbana e cidades sustentáveis;
- instrumentos econômicos;
- gestão das atividades impactantes;
- energias renováveis;
- e o princípio da proporcionalidade.

A Profa. Voigt iniciou a sessão com uma breve história do princípio do desenvolvimento sustentável, juntamente com o princípio da integração. A Dra. Inglis continuou a ilustrar como a União Europeia está implementando esses princípios fundamentais consagrados nos tratados europeus, no contexto da abordagem da UE para enfrentar o desafio de melhorar a eficiência dos seus recursos, principalmente, de desacoplar seu crescimento econômico e industrial da sua política de consumo. Em seguida, ela explorou os esforços conjuntos da UE-Brasil relacionados à eficiência dos recursos.

Enquanto a UE consome muito mais que sua própria biocapacidade, o que significa que está consumindo a biocapacidade de outros países sob seu atual modelo de crescimento econômico, os países da América Latina e o Brasil juntos consomem mais da metade da sua biocapacidade disponível. A Dra. Inglis primeiro selecionou fontes científicas, políticas e legais disponíveis a nível da UE que seriam úteis para estudiosos interessados em pesquisas comparativas UE-Brasil sobre este tema, antes de explorar o quadro de ações no âmbito da Parceria Estratégica UE-Brasil de 2007. Especificamente nos esforços conjuntos Brasil-UE em vários níveis de governo, sociedade e agentes de pesquisa, a Dra. Inglis também listou financiamento e relatórios sobre os progressos realizados nos "diálogos setoriais" nas

primeiras 3 fases dos planos de ação estabelecidos para implementar a Parceria Estratégica, antes de destacar a aparente mudança de prioridades na 4ª fase da Parceria Estratégica - lançada em março de 2017 - longe do desenvolvimento sustentável, das mudanças climáticas e da energia.

Os slides da apresentação estão disponíveis no site do Congresso, e o contributo da Dra. Inglis está incluído no e-book, junto com as demais contribuições ao Congresso, todas disponíveis em: www.planetaverde.org

Agroecologia e Pagamentos por Serviços Ambientais: Lições e Perspectivas
Autora: Ana Paula Rengel Gonçalvez, *Câmara Brasileira do Livro*, São Paulo, 2017, 245 pages.

Resumo do Prof. Dr Jose Rubens Morato Leite: "Acredito que o livro da Ana Paula Rengel Gonçalvez trouxe um visão proativa, critica e bem fundamentada sobre os possíveis caminhos do Pagamento por Serviços Ambientais, tentando achar uma luz no fim do túnel, visando uma nova perspectiva da Agroecologia e uma melhor adaptação o Estado de Direito Ecológico. O direito ambiental só tem agradecer a autora, pois a sua pesquisa ajuda a fortalecer novos pensamentos para que seu direito possa ser mais efetivo".

Novos Livros

Resenha: União Europeia e sua Política Exterior

João de Souza Trigo*

Em tempos nos quais questões como regionalismo, integração e globalização ganham cada vez mais força nos noticiários seja através dos benefícios ou supostos malefícios que a conjunção de políticas externas entre países possa causar frente a uma ideia de soberania nacional. Seja também pelos importantes acontecimentos internacionais que estão remodelando tanto a dinâmica de poder e influência entre países quanto as relações econômicas que há entre eles. É sobre esse momento histórico que a editora oficial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a FUNAG, publica o livro “União Europeia e sua Política Exterior - História, Instituições e Processo de Tomada de Decisão” de Olivier Costa. O livro sai, portanto, em momento oportuno, não apenas por coincidir com a data comemorativa dos 60 anos da União Europeia, o que representa o reconhecimento e apreciação do corpo diplomático brasileiro por essa instituição, mas também por ressaltar o esforço e os benefícios de um projeto de integração exitoso, que trouxe perspectivas pacíficas para um continente que historicamente viveu de conflitos.

O autor é um especialista em UE e suas instituições. Atua há muito tempo estudando o funcionamento da organização e possui vasta experiência acadêmica na área, o que o credencia como um importante e proficiente especialista da história, cultura e política do bloco europeu. Com uma linguagem objetiva, o autor facilita o entendimento de temas

jurídicos e políticos que são complexos e às vezes acabam por afastar a compreensão e interesse do público que não seja familiar a esses conteúdos.

A apresentação do livro ficou por cargo do atual Embaixador da UE no Brasil, João Gomes Cravinho, o qual explicita a importância que o livro tem ao aproximar a história e os desafios passados e atuais da UE para a sociedade brasileira, e ressaltar a parceria entre UE e Brasil que partilham não apenas de um patrimônio histórico-cultural comum, como também de,

> "valores e princípios fundamentais como a democracia, os direitos humanos, as liberdades fundamentais, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Hoje, o Brasil é um dos principais parceiros e interlocutores da UE na América Latina. No entanto, apesar de um quadro intensivo de relações, o papel da UE no mundo enquanto parceiro estratégico é relativamente desconhecido. "

É também sobre esse relativo "desconhecimento" do posicionamento estratégico da UE pelos seus parceiros, citado pelo Embaixador Cravinho, que o livro empreende em demonstrar como a UE atua externamente, uma vez que a Política Externa do bloco é o eixo central do livro. Através das páginas somos capazes de perceber o esforço político que foi construído na Europa para montar uma estrutura institucional não apenas de funcionamento interno, mas cada vez mais voltada e preocupada com a atuação em diálogos externos ao bloco, seja por divulgação dos ideais, parcerias acadêmicas, fomentação de temas humanitários e ambientais, integração econômica e políticas conjuntas de segurança externa. A criação de organismos internos e o desenvolvimento de pessoal específico para exercer as funções de negociações internacionais e diplomacia do bloco foi um dos caminhos pelo qual a UE encontrou para se tornar uma potência em política externa e propositora de pautas a nível global.

Mesmo que esse ainda seja um estágio recente do aprimoramento do bloco, o livro se aprofunda não apenas em aspectos históricos que foram relevantes para a consolidação da Política Externa europeia, mas também serve como um guia prático para entender o papel de cada organismo e instituição pertencentes à UE no planejamento e execução das políticas externas. O nível de complexidade de uma organização como essa é exposto no livro de uma maneira dinâmica e organizada sempre levando em conta os instrumentos e o formato das principais instituições que formam o bloco: o Conselho Europeu, o Conselho da União Europeia, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu.

O livro tem por sua função divulgar e facilitar o entendimento do funcionamento da UE. Sua publicação, bem como a efeméride do sexagenário do bloco deve estimular o debate positivo dentro do corpo diplomático brasileiro e de acadêmicos que estudam as relações internacionais, o qual a publicação tem como seus principais públicos alvos. Os questionamentos que são postos à prova nesse momento sobre a eficácia da UE devem ser levados em conta, é claro, mas sobretudo para que se encontre uma solução institucional para solucionar essas demandas. O êxito do bloco europeu é incontestável e seu modelo deve continuar sendo estudado na tentativa de se reproduzir as experiências positivas em outros blocos regionais, como no nosso caso mais próximo, o MERCOSUL.

João de Souza Trigo *é*
aluno de graduação
do Bacharelado em Relações Internacionais da USP
e pesquisador junior do Caeni-USP

As faces da crise na Venezuela

Daniela Ferreira Gomes de Matos*

A Venezuela passa por um momento de grave instabilidade política e econômica, enfrentando uma taxa de inflação de mais de 400%, uma taxa de câmbio volátil e uma onda de protestos contra o governo.

Economia

Da perspectiva econômica, o Fundo Monetário Internacional afirma que "a Venezuela continua atolada em uma profunda crise econômica", com o desemprego em ascensão no país desde 2014.

Observando as causas da crise econômica, é possível notar uma forte relação com a dependência que a Venezuela tem da receita petrolífera na sustentação de sua economia. O país passa por um momento no qual o preço do petróleo não pode mais sustentar os programas e subsídios antes oferecidos pelo governo, com a hiperinflação crescente e a população sofre diariamente com questões graves como a escassez de alimentos e remédios.

Com uma das maiores reservas de petróleo do mundo, que em 2014 tinham 298 bilhões de barris de reserva comprovada de petróleo, atingindo preço recorde durante a presidência de Hugo Chávez, sendo vendido a US $ 100 o barril. No entanto, com a queda do preço do petróleo, os programas sociais e subsídios alimentares antes fornecidos tornaram-se insustentáveis. Além disso, de acordo com o Banco Central, o país tem US$ 10,4 bilhões em reservas estrangeiras, e estima-se ter uma dívida de US$ 7,2 bilhões.

Além da queda do preço do petróleo, o país está enfrentando o medo da hiperinflação. A Venezuela estabeleceu diferentes sistemas cambiais para sua moeda nacional, o bolívar, possuindo diferentes taxas para os "bens essenciais", "bens não essenciais" e outro para as pessoas. Com isso, o bolívar quase sem valor, tem encontrado sua valorização no mercado negro, que exerce forte influência sobre os preços: enquanto o governo mantém o comércio com uma taxa em torno de 710 bolívares por dólar, a taxa do mercado negro para dólares subiu para 4.283 Bolívares por um dólar.

A Venezuela enfrenta a grave escassez de medicamentos e alimentos, ocasionada pela incapacidade do Estado de pagar as importações com bolívares, aliada à queda das receitas do petróleo, o que levou a uma escassez de bens. Esse fenômeno iniciou-se durante o governo de Hugo Chávez, o preço de itens essenciais, alimentos e medicamentos foram reduzidos, e passaram a estar abaixo do custo de produção, com o intuito de ficarem mais acessíveis para a população.

Durante esse processo, empresas privadas foram nacionalizadas, o acesso a dólares foi restrito e sua taxa fixada, controlando a troca da moeda nacional pelos dólares. No entanto, as empresas da Venezuela passaram a não produzir o suficiente, o que levou o governo a intensificar suas importações usando o dinheiro do petróleo. Como os preços do petróleo estão caindo desde 2014, o sistema de subsídios e controles de preços que funcionou durante os anos do boom do petróleo está fadado a não funcionar mais.

Com essas condições extremas enfrentadas pelo país, o Estado venezuelano tem tentado racionar alimentos e fixar seus preços, no entanto, a maioria dos produtos acabam no mercado negro. Já com os medicamentos, cerca de 85 de cada 100, não são

disponibilizados no país. A escassez é tão extrema que muitos venezuelanos tomam remédios inadequados para suas condições ou até mesmo buscam alimento no lixo.

Os venezuelanos convivem diariamente com os impactos da crise que além da escassez, se apresenta em apagões, no aumento do desemprego, na crescente incidência de crimes violentos e até mesmo na malária que uma vez quase erradicada, volta a crescer.Os dados são preocupantes: de acordo o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2016, o país teve uma taxa de crescimento negativa de menos 8 por cento, uma taxa de inflação de 481 por cento e uma taxa de desemprego de 17 por cento, que espera-se que suba para 20 por cento este ano.

O relatório mais recente do CENDAS (Centro de Documentação e Análise Social) indica que, em março de 2017, uma família de cinco pessoas precisa coletar 1,06 milhões de bolívares para pagar a cesta básica de bens por um mês, que inclui alimentos e itens de higiene, habitação, educação, saúde e serviços básicos, indicando um aumento de 424% em relação a 2016.

Política

Já no aspecto político, a Venezuela enfrenta uma forte oposição entre os chamados "chavistas", termo usado para descrever os apoiadores da política pautada nas ideias, programas e estilo de governo associados com o ex-presidente Hugo Chávez, e a oposição ao seu partido, o Partido Socialista Unido (PSUV), e ao atual presidente Nicolas Maduro.

Os chavistas elegeram o também integrante do PSUV, Nicolas Maduro, após a morte de Chávez, e elogiam principalmente a utilização das riquezas geradas pelo petróleo da Venezuela para reduzir acentuadamente a desigualdade e tirar muitos venezuelanos da pobreza, desafiando a lógica do elitismo e de exploração da população em benefício próprio, como fariam outros políticos.

Enquanto isso, sua oposição acusa o partido de ter deteriorado as instituições democráticas da Venezuela e sua economia que apesar de manter quase metade da população abaixo da linha de pobreza do país, era influente e as finanças do governo estavam razoavelmente boas.No entanto, para além das divergências políticas, Maduro tem enfrentado dificuldade com relação à sua popularidade, mesmo em meio aos chavistas. A popularidade de seu governo tem ainda sofrido com a queda dos preços do petróleo e redução de programas sociais do governo, levando a uma diminuição ainda maior de sua popularidade.

No dia 29 de março, a Suprema Corte anunciou a destituição dos poderes da Assembléia Nacional, na qual a oposição é maioria, medida que incomodou a oposição e foi considerada como uma aproximação ao governo unilateral do presidente Nicolas Maduro, com a destruição da separação dos poderes venezuelanos.

Apesar da reversão da decisão, a irritação seguiu e se acumulou à proibição de exercer cargo público por 15 anos, anunciada no dia 7 de abril, sobre o líder da oposição, Henrique Capriles, de quem Maduro ganhou por uma pequena margem nas eleições de 2013 e que provavelmente voltaria a concorrer em 2018.

Com os protestos acontecendo, os manifestantes reivindicam medidas: eleições gerais em 2017, remoção dos magistrados do Supremo Tribunal que proferiu a decisão de 29 de Março, eleições gerais em 2017, criação de um "canal humanitário" para permitir a importação de medicamentos para combater a grave escassez na Venezuela e a libertação de todos os prisioneiros políticos.

Daniela Ferreira Gomes de Matos *é aluna de graduação do Bacharelado em Relações Internacionais da USP e pesquisadora júnior do Caeni-USP*

Referências:

- BBC.com, *Venezuela crisis: What is behind the turmoil?*, 4 May 2017, http://www.bbc.com/news/world-latin-america-36319877, acessado em 15 de Maio de 2017.
- R. Sanchez, *Venezuela? How paradise got lost*, 21 April 2017, http://edition.cnn.com/2017/04/21/americas/venezuela-crisis-explained/, acessado em 15 de Maio de 2017.
- P. Gillespie, *5 reasons why Venezuela's economy is in a 'meltdown'*, 20 January 2017,CNN:http://money.cnn.com/2016/01/18/news/economy/venezuela-economy-meltdown/ , acessado em 15 de Maio de 2017.
- *AL JAZEERA NEWS*, "Venezuela's worst economic crisis", 3 May 2017, http://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/05/venezuela-worst-economic-crisis-wrong-170501063130120.html, acessado em 15 de Maio de 2017.

O apoio da Comissão Europeia para a produção desta publicação não constitui concordância com seu conteúdo, que é de responsabilidade exclusiva dos autores. A Comissão não é responsável por qualquer uso que possa ser feito da informação contida nesta publicação.

EXPEDIENTE

Coordenador: Amâncio Jorge de Oliveira
Editor in Chief: Janina Onuki
Executive Editor: Kirstyn Inglis
Suporte Editorial: Rafael de Souza Nascimento Miranda, Daniela Ferreira Gomes de Matos
Pesquisadores que colaboraram nesta edição: Daniela Ferreira Gomes de Matos, João de Souza Trigo, Kirstyn Inglis
Assistente executiva: Vanessa Munhoz

Co-funded by the Erasmus+ Programme of the European Union

PROGRAMA BRASIL UE
CAENI - USP